

SUMÁRIO

DOCTRINA

ARTIGOS

Do dever de prestar contas dos atos de admissão de pessoal Benigno Núñez Novo, Maria do Socorro Freitas de Brito	13
Orçamento Municipal 2024 – As inovações constitucionais e legais e as restrições de último ano de mandato Flavio Corrêa de Toledo Junior	35
O diálogo competitivo sob a égide da Lei nº 14.133/21 Isabela Santana Meireles	47
Administração Pública municipal: controle interno como determinante de governança sob a ótica dos gestores José Valdeci Costa	75
Compras públicas centralizadas: vantagens e fatores críticos para o sucesso Lúcio Mário Mendonça de Góis, Cláudio Márcio Campos de Mendonça	103
Planejamento estratégico na gestão educacional Rejane Alves de Souza Vilaforte, Gustavo Costa Reis	133
A implementação do direito fundamental à política pública de educação no Brasil sob o viés do direito administrativo constitucionalizado Rui Magalhães Piscitelli	149

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Constitucional e Financeiro – Lei de Responsabilidade Fiscal – Artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000 – Base de cálculo da despesa total com pessoal – Divergências interpretativas – Impossibilidade de exclusão do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e dos

valores pagos a inativos e pensionistas do cálculo de gasto com pessoal – Competência legislativa da União. Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 69/DF

Supremo Tribunal Federal171

Constitucional e Financeiro – ADI – Lei Complementar nº 178/2021 – Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal – Alterações no regime de recuperação fiscal da LC nº 159/2017 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Interpretação conforme à CF/1988 para autorizar a reposição de cargos vagos pelos entes federados que aderirem ao Regime de Recuperação Fiscal – Exclusão da regra do teto de gastos dos investimentos executados com recursos afetados aos fundos públicos especiais instituídos pelo Poder Judiciário, Tribunais de Contas, Ministério Público, Defensorias Públicas e pelas Procuradorias Gerais dos Estados e do Distrito Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.930/DF

Supremo Tribunal Federal197

Direito Constitucional e Financeiro – Recurso Extraordinário – Complementação da União ao FUNDEF – Forma de cálculo – Aplicação do regime de precatórios. Recurso Extraordinário nº 635.347/DF

Supremo Tribunal Federal267

Direito Administrativo – Processo Civil – Precatório – Verbas do FUNDEF/FUNDEB – Recursos constitucionais vinculados – Retenção de honorários contratuais – Impossibilidade – Destaque dos juros de mora incluídos na condenação – Natureza autônoma – Possibilidade – ADPF nº 528/DF – Questão constitucional – Potencial multiplicador da controvérsia – Repercussão geral reconhecida – Reafirmação de jurisprudência. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 1.428.399/PE

Supremo Tribunal Federal275

TCU – Licitação – Uso indevido da condição de microempresa – Fraude à licitação – Declaração de inidoneidade. Pedido de Reexame em Representação nº 007.807/2022-8

Tribunal de Contas da União285

CONSULTA

Consulta – Prefeitura Municipal – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Credenciamento – Contratação de bens comuns – Necessária observância às exigências legais e justificativa – Demonstração da vantajosidade – Possibilidade com ressalvas. Processo nº 1120202

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.....297

EMENTÁRIO

ADMINISTRATIVO.....	313
CONCESSÃO E PERMISSÃO	314
CONSTITUCIONAL	315
CONTRATAÇÃO DIRETA.....	316
CONTRATO ADMINISTRATIVO	317
CONTROLE INTERNO E EXTERNO	318
DIREITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.....	321
LICITAÇÃO	322
PENAL E PROCESSO PENAL.....	324

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

CONCESSÃO E PERMISSÃO	325
CONSTITUCIONAL	326
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	327

LEGISLAÇÃO COMENTADA

Comentários e Anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 38)
(Lei Complementar nº 101/2000)

Antônio Flávio de Oliveira.....329

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO..... 333

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES..... 335